



ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

PRO3480 Gestão Integrada de Cidades Inteligentes

2º Semestre de 2023

Análise do Município de Poá - SP

Projeto de Cidades Inteligentes

André Rebello *NºUSP 12505558*

Arthur Merlini *NºUSP 12511402*

São Paulo

2023

Etapa 1 – Perfil da cidade

O município é localizado na zona leste da Região Metropolitana da cidade de São Paulo, beirando os municípios de Suzano e de Ferraz de Vasconcelos. Em um contexto mais regional, está dentro da microrregião de Mogi das Cruzes, município este que Poá integrava como distrito até 1947.

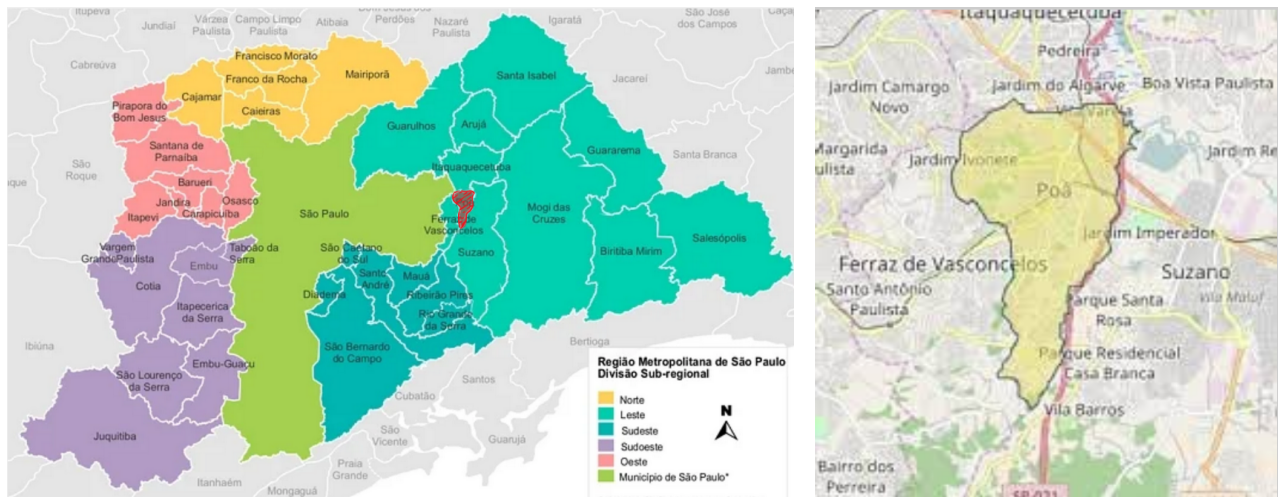


Imagem 1: Empasa VCP/UDI - 2011. *Localização do município na Região Metropolitana de SP, grifo de autoria dos alunos*

Imagem 2: Prefeitura de Poá. *Mapa da Cidade*

Histórico

A cidade teve a sua origem em 1621, na forma de um povoado missionário Carmelita, chamado na época de “Apoá”. No século XVII ela abastecia e mantinha um ponto de parada de tropeiros e outros viajantes na antiga Estrada Rio - São Paulo. No ano de 1877, nasceu um pequeno movimento reivindicando a construção de uma parada de trem entre as estações Lageado (atual Guaianases) e Mogi das Cruzes. Isso já mostrava um crescimento populacional e nascente consciência de organização política pelos moradores. A nova estação serviu para escoamento da produção agrícola para a Capital e configurou-se como carro chefe no desenvolvimento econômico e populacional do então distrito, tornando-se o ponto de convergência para carregamentos de lenha e da produção agrícola tanto de Poá quanto das cidades vizinhas. Em 1891, a Estação Poá passou a receber também trens destinados para o transporte de passageiros e atualmente integra a Linha 11 Coral da CPTM.

Com o crescente desenvolvimento populacional e econômico da cidade, o município de Mogi das Cruzes passou a não conseguir atender as demandas do distrito. As reclamações da população - desde calçadas até pontes - culminou em uma reunião na sede da Subprefeitura de Poá em 6 de julho de 1947 para elevar o distrito à categoria de município. Após resistência da administração de Mogi das Cruzes, Poá ganhou a autonomia que desejava e seu território foi dividido entre o Distrito da Paz e o Distrito de Ferraz de Vasconcelos.

Seus primeiros prefeitos e vereadores foram eleitos em 13 de março de 1949, com a Câmara Municipal sendo instalada no 26 do mesmo mês. Em 1967 foi instalada a Comarca de Poá na região, dando autoridade jurídica sobre o território de Poá e de Ferraz de

Vasconcelos, agora emancipada do município de Poá, solidificando assim a capacidade política e administrativa do município.

População

Já nos tempos contemporâneos, Poá continuou crescendo. De acordo com o IBGE de 2022, a cidade possui 103.765 habitantes - colocando-a entre os 6% dos municípios mais populosos. Já o seu território é o inverso: um dos menores tanto do estado quanto do país. Com 17,27 km², dos quais um impressionante 82% (14,24 km²) são urbanizados, a sua densidade populacional é de 6.010,48 habitantes por quilômetro quadrado.

Em relação ao seu perfil demográfico, a cidade apresenta uma pirâmide etária “saudável”, com a maioria da população entre os 20 e 44 anos de idade. De forma mais específica, o perfil da população é tal: até 14 anos - 21,0% ; de 15 a 24 anos - 13,7% ; de 25 a 59 anos - 50,5% ; e acima de 60 anos - 14,8%. O PIB per capita de Poá é de R\$ 27.988,40

Economia

Sua economia, como a de muitos municípios em regiões metropolitanas e densamente urbanizadas, é baseada em serviços. Excluindo a Administração Pública, a economia de serviços foi responsável por 52,7 % do valor adicionado em 2020, com Indústria (27,4%), Serviços de Administração Pública (19,8%) e Agropecuária (0,1%) compondo o restante. Já olhando pela distribuição do PIB municipal, a proeminência do setor de serviços fica ainda mais evidente: Serviços - 64,2% ; Indústria - 24,2%; Agropecuária - 0,2%; e Impostos Líquidos de Subsídios - 11,4%. Seu orçamento anual de 2023 foi projetado em R\$ 410.216.461,00.

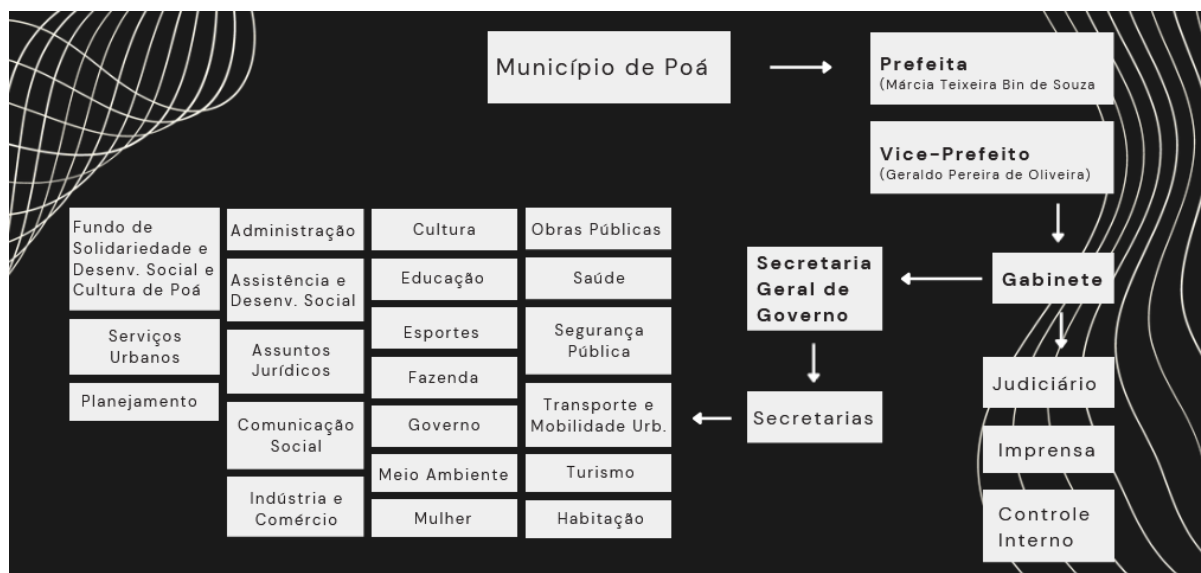
Poá, município dinâmico, apresentou em 2020 um PIB robusto de R\$ 3.31 bilhões, resultando em um PIB per capita de R\$ 28.669. Em 2021, gerou 25.089 empregos formais, com um salário médio de R\$ 2.571. Para o próximo ano, a projeção do orçamento atinge R\$ 410.2 milhões.

Infraestrutura

O município conta com uma rede de 44 escolas públicas e 71 estabelecimentos hospitalares (UBS e Hospitais) das quais 25 pertencem à administração do município e 46 são da rede privada. A canalização de esgoto é disseminada pelos 32.623 domicílios, com um índice de 85% de coleta e 86% de tratamento e com 98,6% dos domicílios possuindo canalização interna em pelo menos um cômodo. Apesar desse último dado ser mais do âmbito privado, é importante em construir a conjuntura local: apesar de não tratar e coletar o esgoto de forma total, são pouquíssimas as pessoas que não tem acesso à uma qualidade de saneamento básico.

Além disso, possui a infraestrutura rodoviária padrão das cidades brasileiras e paulistas, com destaque para os 4 km de ciclofaixa que possuem e a estação da Linha 11 da CPTM.

Organograma Administrativo da Cidade



Informação obtida do site da prefeitura. Organograma de autoria do grupo

Etapa 2 – Planos da Cidade

Em seu Plano Plurianual de 2022-2025, o município de Poá tem uma lista enxuta de diretrizes norteadoras. Estas são:

- I - Prestação eficiente de serviços públicos;
- II - Gestão adequada dos recursos em face da crise econômica e no período pós crise;
- III - Fomento de atividades geradoras de desenvolvimento econômico e social.

Apesar do PPA ter de praxe uma lista de diretrizes enxuta - afinal para definir um “norte” para a gestão é importante focar no que é de maior prioridade para o bem do município - o plano deixa a desejar tanto em sua especificidade quanto na avaliação de seus resultados. No documento, o município de Poá deixa claro que o seu objetivo principal é a manutenção do contexto econômico da cidade, que sofre após a crise financeira do COVID-19. Desde 2021, o ano em que a atual gestão municipal tomou posse, é possível encontrar notícias e publicações do governo que reforçam a postura de redução de custos e transparência fiscal da administração. Essa posição é demonstrada aqui novamente, com os três objetivos sendo voltados para a saúde financeira do governo e do município.

Apesar de incluir indicadores a serem observados pelas secretarias para garantir a implementação dos programas de governo, o plano não aparenta haver uma forma do governo evidenciar o que mudou em função de suas ações e o que foi resultado da conjuntura de dado ano. Isto é, os indicadores são muitas vezes puramente quantitativos e sem uma avaliação da qualidade do que foi desenvolvido. Por exemplo, programas que visam melhorar a adesão e qualidade do esporte em escolas focam na construção de

quadras e no “melhor desenvolvimento de recursos de práticas esportivas”. Mas ambas ações têm como produto/unidade de medida um acréscimo percentual, não deixando claro que é o 100% no melhor desenvolvimento desses objetivos.

Como observamos ao longo da disciplina, uma das ferramentas mais importantes e versáteis para a Administração Pública é o uso de indicadores, tanto para poder observar problemas atuais e futuros em sua região quanto para acompanhar o desenvolvimento de suas propostas e programas. No PPA 22-25 e no Plano Diretor de Poá não há nenhuma menção específica para a formulação de novos indicadores sociais, com exceção do Art. 130 do Plano Diretor que pede que o Sistema de Informações Municipais (SIM) seja mantido atualizado, mas sem uma previsão ou proposta para o uso desses indicadores na construção e avaliação de programas.

Para contextualizar o PPA e as questões levantadas pelo grupo, optamos por pegar exemplos do Plano Plurianual 24-27 do município de São Paulo. Aqui, observa-se uma lista enxuta como no caso de Poá, mas com uma especificidade muito maior em seus itens, definindo o que são os ganhos em eficiência e desenvolvimento econômico desejados, além de brevemente explicar as estratégias que serão usadas para chegar até lá. Eles são:

- I - o diálogo e a inovação, visando uma administração pública descentralizada, inovadora e tecnológica, direcionada ao atendimento rápido e desburocratizado dos anseios da população e ao enfrentamento de problemas;
- II - a dignidade e o comprometimento com a participação social, o equilíbrio das contas públicas, a valorização das pessoas, o cumprimento de prazos, o desenvolvimento de ações que gerem resultados econômicos e sociais e a sustentabilidade ambiental;
- III - o desenvolvimento e a técnica, visando a implementação de modelo de gestão com ênfase em resultados, planejamento, propósito e criatividade, voltado ao cuidado com as pessoas, à geração de oportunidades, à garantia dos direitos individuais e coletivos e ao respeito ao meio ambiente.

Apesar de haver uma diferença entre os objetivos do município de Poá e São Paulo, onde eles se sobrepõem é possível ver um aprofundamento maior no caso de SP. Em seu PPA, uma proposta de tornar a gestão do município mais eficiente é definida pelo uso de inovação, descentralização da administração, implementação de um modelo de gestão focado em resultados, cumprimento de prazos dentre outros. Essa maior definição dos instrumentos a serem utilizados e os objetivos que os acompanham não deve ser levada de forma leve, ela permite que diferentes membros e níveis da administração do município entendam claramente o que se busca obter e para quê e assim possam coordenar os seus esforços; a função do Plano Plurianual.

Enquanto o Município de Poá elenca objetivos (metas e prioridades) para cada uma de suas secretarias, como é por lei, esses objetivos continuam extremamente vagos, fazendo pouco mais do que enunciar a função geral da secretaria. Por exemplo, a secretaria de educação tem o objetivo de “*assegurar as condições de acesso, permanência e êxito de ensino fundamental*”. Em contraste, o município de São Paulo se propõe a um objetivo similar, mas clarificando que isso deveria ser buscado através do “*fortalecimento do vínculo dos alunos com a escola para além do ensino, intensificando o uso da estrutura instalada e dos espaços para esporte, lazer, cultura, vida comunitária e referência cívica*”, adicionando que busca também “*reduzir a desigualdade de aprendizagem entre alunos da rede pública e privada*”. Essa definição pode parecer secundária, mas é essencial na coordenação de

diferentes secretarias em seus esforços para, em conjunto, concluir o que se propõem. Não é possível aumentar a participação dos alunos através do esporte se não existe uma base para a Secretaria de Esporte auxiliar esse empreendimento.

O grupo também sentiu falta de uma maior apropriação de meios tecnológicos na redação do PPA de Poá. Salvo as definições e estatísticas que deveriam ser melhoradas nos próximos anos, o Plano não prevê outros recursos que as diferentes áreas da administração poderiam utilizar. Em vários municípios brasileiros é possível observar planilhas e materiais de apoio que facilitam para diferentes gestores acompanharem e desenvolverem programas, sem perder de vista onde tal programa se enquadra a respeito dos seus objetivos, público alvo e relação com os Objetivos Estratégicos e as outras secretarias do município. Além disso, o município não disponibiliza um manual para elaboração dos programas do plano. Isso irá dificultar não só sua elaboração e implementação - um conjunto de programas que são pensados e construídos com a mesma "linha-guia", garantidos de seguirem o mesmo raciocínio, são muito mais simples de entender e modificar para a administração do município - mas que também cria obstáculos em sua avaliação, já que cada programa acaba tendo uma maneira diferente de medir o impacto de cada programa em dado indicador.

O método de elaboração do Plano Plurianual não é muito claro. Apesar de simples, o grupo acredita que os objetivos de cada secretaria devem ser baseados em uma lógica ou sistema que - por uma questão de transparência - seja de conhecimento público. Pelo o que pesquisamos, a elaboração dos diferentes objetivos e programas são feitos a critério dos gestores. Isso por si só não é algo necessariamente negativo, mas depender da capacidade da pessoa em cargo abre espaço para eventuais falhas humanas que podem prejudicar a vida de milhares de indivíduos.

Por último, o grupo achou importante notar a falta de ênfase em inovação, seja através da implementação de novos métodos e tecnologias, seja na criação desses recursos para administração do município e para a elaboração dos planos. Apesar O PPA de Poá, apesar de frisar a importância de eficiência da administração pública - com o objetivo de diminuir custos - não especifica como essa eficiência deveria ser e nem disponibiliza possíveis caminhos para as secretarias alcançarem esse objetivo, como a implementação da metodologia OpR (Orçamento por Resultados), que é usada pelo Estado de São Paulo desde 2012, dentre outros.

Já referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), a estrutura das leis seguem o padrão descrito nas leis federais que regem a atividade. Vale ressaltar a preocupação com saúde fiscal que já haviam sido apontadas no PPA, com o texto explicitando que "*não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem atendidos os recursos necessários para aqueles já em andamento e para as despesas de conservação do patrimônio público*" (Cap.IX Art.10). Nessa mesma via, o capítulo XII - Controle de Custos - explicita a responsabilidade, dos chefes dos Poderes Executivos e Legislativos, de "*apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos*" (Cap. XII Art.12). Concomitantemente, a LDO pede que essa apuração seja consolidada em quadros anuais a serem disponibilizados à sociedade e às instituições encarregadas do controle externo. O Portal de Contas Públicas disponibiliza uma tabela que elenca e especifica os gastos empenhados em cada programa do PPA, mas sem um registro ou análise de seus resultados. Já no Portal da Transparência da Prefeitura esses custos estão mais

específicos, mostrando cada “sub-atividade”¹ empenhada e seu custo, mas de forma desconexa e de difícil avaliação e ainda sem apresentar uma seção efetiva que discrimine os resultados como definido na LDO.

A lei permite uma flexibilidade à administração do município, com seu Capítulo XIII explicitando que será possível que o Executivo envie projetos de lei que alterem a legislação tributária desde que, entre outros casos, realize o seguinte:

IV- aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Apontamos essa flexibilidade porque aparenta ser uma das poucas situações em que se permite a alteração da lei para abrir espaço para uma inovação ou melhoria no sistema atual. Ademais, tanto no PPA quanto nas LDO e LOA do período do atual Plano Plurianual, não encontramos instâncias onde se reservou recursos unicamente para o desenvolvimento e implementação de novos métodos ou tecnologias, o que contrasta fortemente com o foco que a administração atual tem tido com saneamento de contas públicas e redução do custo estatal.

Em um contexto maior, utilizamos o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município. Como seus objetivos gerais são listados a construção de planos e programas municipais para ampliar a participação democrática e assim atender as demandas setoriais. Apesar do texto não ser incomum nas redações dos Planos Diretores municipais, é importante notar esse comprometimento em desenvolver estruturas que atendam de forma mais eficaz e eficiente as demandas e necessidades de sua população.

Outro aspecto de importância para o planejamento de longo prazo da cidade é a recuperação e preservação de seus recursos ambientais. Essa preocupação está presente, direta ou indiretamente, em dez dos quinze objetivos gerais do plano. Aqui é evidente a promoção de usos urbanos compatíveis com um desenvolvimento sustentável, buscando a qualificação e capacitação da infraestrutura da cidade e a utilização adequada das áreas ociosas. Esse planejamento, pelo ver do grupo, condiz profundamente com os princípios de gestão inteligente da cidade, observando os futuros problemas que serão enfrentados - tanto por uma possível gestão inadequada quanto pelas mudanças climáticas que serão agravadas nas próximas décadas - e criando as ferramentas e estruturas necessárias para lidar com eles e suas fontes. Nesse ponto, o município também dá foco à saúde de suas nascentes naturais, tanto para o fornecimento de uma fonte de qualidade e constante de água potável quanto para o desenvolvimento de uma indústria de turismo ecológico que auxiliaria na arrecadação do município - possibilitando diferentes programas para a população - e na preservação contínua dessas áreas verdes. Ambos centrais para o oferecimento de uma boa qualidade de vida para seus habitantes. Isso é feito especificamente com a definição da Macrozona das Fontes - que englobam a área de abrangência de proteção das fontes Áurea e Primavera. São planejados o desenvolvimento de índices e parâmetros urbanos específicos de forma a garantir e monitorar a preservação desses recursos hídricos e promover o uso turístico da região. Além disso, o Plano Diretor propõe a criação da Macrozona de Preservação Ambiental e das Zonas Especiais de

¹ Aqui definimos Sub-Atividade como cada “Empenho”, como definido pela prefeitura, que vise suprir um dos programas definidos no PPA. Um empenho pode ser o transporte, compra ou instalação de um recurso referente ao programa definido.

Interesse Ambiental, que visam a recuperação de áreas já degradadas pela exploração e ocupação urbana.

É necessário apontar que o Plano Diretor se aprofunda em diversas áreas, também dando a atenção necessária para aspectos da qualidade de vida urbana (como saneamento, segurança, adequação de moradias irregulares etc.) mas que o grupo destacou o aspecto ambiental por ele ser colocado como “carro-chefe” para o desenvolvimento da cidade. No Plano Diretor fica evidente um esforço da administração em transformar o município em uma região com foco em suas qualidades ambientais e sustentáveis de maneira a atrair turismo e, a renda proveniente deste, poder alocar mais recursos nas diferentes áreas de gestão.

Em resumo, é possível observar um planejamento que visa garantir a qualidade de vida de seus cidadãos no curto e longo prazo. Porém, os planos e diretrizes mais recentes parecem valorizar um caminho de redução de custos acima do desenvolvimento de novas ferramentas para tornar a gestão urbana mais eficiente. Apesar de fomentar uma maior presença tecnológica em escolas, essas melhorias não são tão significativas no contexto em que já é de praxe a implantação delas. Uma gestão inteligente deveria buscar não só acompanhar seus pares, mas inovar e desenvolver além do que já está presente, usando-se de ferramentas desenvolvidas pela própria administração e tomadas de experiências tanto nacionais quanto internacionais, para assim garantir uma melhoria constante na qualidade de vida dos seus habitantes e os seus acessos à diferentes recursos.

Etapa 3 – Modelo da Cidade

Arquitetura e Urbanismo

No quesito de Meio Ambiente, o município possui uma robusta legislação de uso de solo, recuperação e preservação de áreas ambientais. As visitas de campo permitiram ao grupo observar uma boa cobertura verde inclusive no centro da cidade, algo difícil considerando a inserção do município em uma área periférica de uma metrópole como São Paulo. Outro ponto importante é a arborização de vias públicas - muitas vezes negligenciada no desenvolvimento urbano - e que aqui está bem presente (73% dos domicílios estão em vias públicas com arborização) apesar de ainda possuir espaço para melhorias.

A presença de várias praças e outros lugares de lazer e convivência dá à cidade tanto uma qualidade paisagística positiva quanto providência os espaços essenciais para um urbanismo de qualidade. Além disso, a preocupação com áreas ocupadas e seus futuros usos são exemplos de um urbanismo consciente com a realidade que habita. Menos de 5% dos domicílios não possuem esgotamento sanitário adequado, mostrando uma preocupação com a saúde pública. No entanto, Poá ainda requer atenção em umas questões urbanísticas: notavelmente, só 21.6% de suas vias públicas possuem urbanização adequada, isto é: bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Enquanto isso não significa que as vias não possuam nenhum desses recursos, a falta de parte deles em si já pode acarretar em problemas de drenagem urbana ou caminhamento e tráfego pela região.

Poá, como um antigo polo turístico que visa recuperar seus status, possui programas de preservação de qualidade para o seu Patrimônio Histórico, com verbas discriminadas no LDO e LOA de 2023. Porém, não observamos uma presença muito grande desses pontos de relevância histórica ao falar com os residentes, o que pode ser tanto um aspecto positivo - “não havendo do que reclamar” - ou um indicador de uma subutilização desses espaços, por falta de interesse da população ou por falta de preservação efetiva das estruturas.

No âmbito habitacional, os programas de regularização urbana e de zoneamento discutidos no PPA e no Plano Diretor têm tido os seus resultados. O município apresenta cerca de 2% de domicílios com população vivendo em aglomerados subnormais - a denominação do IBGE para favelas ou regiões de auto-construção - estando assim entre os municípios que melhor conseguiram lidar com essa preocupação urbana, pela adequação de antigos pólos ou pela prevenção da formação de novos aglomerados.

E por último, a mobilidade na cidade é altamente acessível, com número adequado de ônibus em sua frota e uma razoável quantidade de ciclofaixas na cidade, apesar de não possuir um sistema de informações a respeito do transporte público em tempo real.

Formação Social

No âmbito da educação, o município possui um impressionante baixo nível de analfabetismo, 3,1%, e com um forte oferecimento do ensino fundamental no município. Também possui programas de educação das comunidades específicas, leia-se a população no campo. No tangente à educação no município, apesar de todas as escolas possuírem acesso à internet, a maioria se limita à disponibilização de um laboratório de informática e uso de recursos de multimídia para o ensino. Apesar de um ponto positivo, ainda está distante das várias atividades possíveis de serem realizadas nesse âmbito. De acordo com o INEP - Censo Escolar de 2022, o município possuía somente 89 computadores para o uso de alunos.

A prefeitura não possui oferecimento de ensino superior - o que é até que compreensível considerando o tamanho da cidade - e também não possui programas de capacitação tecnológica, como espaços para formação básica de informática. Aqui o grupo acredita que o oferecimento dessa capacitação é de grande importância, podendo abrir espaços não só para empreendedorismo - onde o conhecimento e familiaridade com a tecnologia e informática é necessário hoje em dia - por parte dos cidadãos, mas também espaços para o conhecimento das áreas de robótica.

Na Cultura, o município se diferencia positivamente. Mesmo não existindo serviços online de cultura, Poá possui uma ampla gama de equipamentos públicos para a cultura e o lazer - que entramos mais a fundo no tópico seguinte.

Apesar de possuir um bom oferecimento de saúde básica, o município continua dependendo do encaminhamento de seus pacientes para casos mais complexos como casos de hemodiálise e de terapia intensiva neonatal. De acordo com o DataSUS de 2021, Poá possuía em sua rede pública municipal 46 médicos contratados, com somente 8 leitos hospitalares a cada 100 mil habitantes. Aqui fica mais impressionante a falta de serviços de telessaúde e telemedicina, o que auxiliaria no baixo número de médicos e leitos hospitalares ao já realizar uma triagem em casa, direcionando os casos mais graves aos hospitais e assim reduzindo o volume que eles recebem, podendo dar melhor atenção ao cidadão em necessidade. Além disso, o Formulário de Desenvolvimento Sustentável de 2023 identificou que o município não disponibiliza um prontuário eletrônico dos pacientes, o

que vemos como uma grande - e em certa medida perigosa - falha, que abre espaço para a perda e confusão de informação crucial e sigilosa.

Para o Esporte, a prefeitura acaba se limitando à implantação de infraestrutura e eventos desportivos entre municípios do estado. Apesar de serem pontos positivos, afinal são poucos os municípios do tamanho de Poá que oferecem quadras poliesportivas, ginásio e pista de skate, o grupo acredita que a criação de um conselho municipal de esporte - como há em várias cidades - e a implementação de isenções e incentivos para o esporte seriam também pontos de força no desenvolvimento e engajamento da população na área. Mesmo se forem poucas o número de “Bolsa Atleta”, a existência desses incentivos é também um gesto do governo em deixar claro que ele apoia e promove essas atividades. Ao nosso ver, o foco no esporte é atualmente direcionado para a sua presença no ensino, faltando um pouco programas que o insiram no cotidiano do resto dos cidadãos.

Cultura e Lazer

Para a Cultura e o Lazer, Poá faz bastante. Afinal, com seu projeto de crescer a cidade como um polo turístico esses equipamentos são necessários. A cidade possui tanto um plano municipal da cultura quanto um conselho e fundo, podendo assim concentrar os incentivos e recursos orçamentários e coordenar eles de maneira mais efetiva em seus programas. Já em respeito aos equipamentos físicos, o município não deixa a desejar: com dois centros culturais, teatros, museus e bibliotecas públicas - muitos destes renovados ou modernizados nos últimos 12 meses - a cidade dispõe de uma ampla gama de diferentes atividades para a sua população. Além disso, a cidade ativamente implementou os seus recursos para a promoção da cultura - em 2020 executou mais de 90% da verba destinada - e obteve e utilizou recursos da Lei Aldir Blanc após a pandemia do COVID-19. Ademais, a manutenção e preservação de seu patrimônio histórico tem um papel importante na promoção da cidade como um ponto turístico, inclusive realizando divulgações digitais sobre diferentes atividades e eventos - da prefeitura e de entes privados - que irão acontecer na cidade. Mas é possível ver um foco no turismo ecológico na cidade, com os programas nas ZEIAs (Zonas Especiais de Interesse Ambiental) e Macrozona das Fontes.

Resiliência - Emergência

O município não possui corpo de bombeiros, dependendo da sede que existe em Ferraz de Vasconcelos, município vizinho, para atender as necessidades. Originalmente acreditamos isso ser um problema, mas desde que a unidade em Ferraz de Vasconcelos consiga suprir a demanda o grupo acreditou ser uma utilização eficiente de recursos, em diálogo com a sua região. Lembrando também que esse município vizinho já foi distrito integrante de Poá, assim não havendo muita distância entre as regiões e não sendo muito improvável a possibilidade desse corpo de bombeiro ser capaz de atender ambos municípios. Possui delegacia da polícia civil, guarda municipal, delegacia da mulher e uma comarca - ambiente onde o juiz exerce suas funções. O foco de segurança para o município passa muito mais por uma via de prevenção, com programas de combate à violência em escolas e acolhimento de população em medidas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. Esses programas são cruciais por tratarem do problema enquanto ele ainda está nascendo, diminuindo o risco de jovens ou antigos infratores voltarem a cometer crimes por não possuir uma rede de apoio e de necessidades básicas. Isso é refletido na baixa taxa de homicídios - somente 7.6%. No entanto, notamos a falta de

programas e recursos de monitoramento da segurança pública, desde sistemas de câmeras e sensores (detectando ruído de tiro, por exemplo) até acompanhamento das viaturas por GPS.

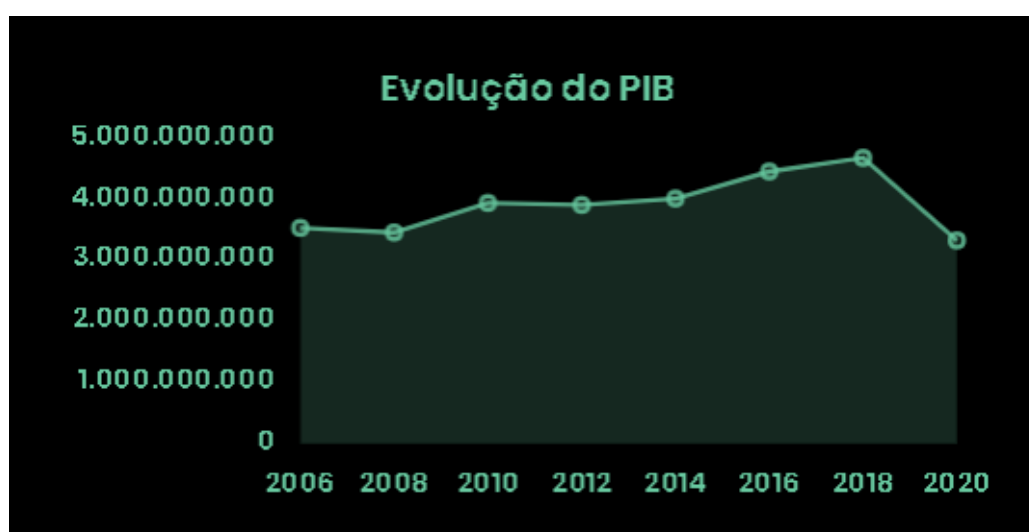
Ademais, a cidade também possui alguns fundos de resiliência climática, separando recursos para lidar com secas e realizando o levantamento e monitoração de áreas de risco de enchentes. Em conjunto, realiza diferentes programas para a contenção de moradias em áreas de deslizamentos, como obras de contenção e programas de reassentamento de populações nessas áreas de risco.

Economia e Negócios

Os setores mais importantes da economia da cidade são comércio, serviços, construção civil e por último a indústria. Poá também tem uma participação na atividade agropecuária, ainda que mais reduzida.

De acordo com o relatório da IDSC-BR, uma ferramenta que visa estimular o cumprimento da Agenda 2030 e o acompanhamento dos índices de desenvolvimento sustentável das cidades, no que se refere ao indicador de investimento em infraestrutura e inovação, ela apresenta uma nota muito baixa devido ao menor número de empregos formais registrados em atividades vinculadas à inovação e tecnologia como também pelo pouco volume de investimento nessas áreas. O mesmo documento aponta um índice de trabalho digno e crescimento econômico baixo, devido a quantidade relevante de jovens que não estudam nem trabalham, baixo nível de ocupação no município, menor nível de PIB per capita e fraco desempenho do PIB na última década.

Segundo a plataforma de dados sobre municípios Caravela, entre 2006 a 2020, o crescimento do PIB municipal apresentou o 35º melhor desempenho da região imediata. Nos últimos dez anos, o crescimento nominal do nível de atividade da cidade foi de -15,6% e a taxa apresentada dos últimos 5 anos foi de -25,3%. O gráfico abaixo ilustra a natureza estagnada e fraca das atividades econômicas de Poá durante o período.

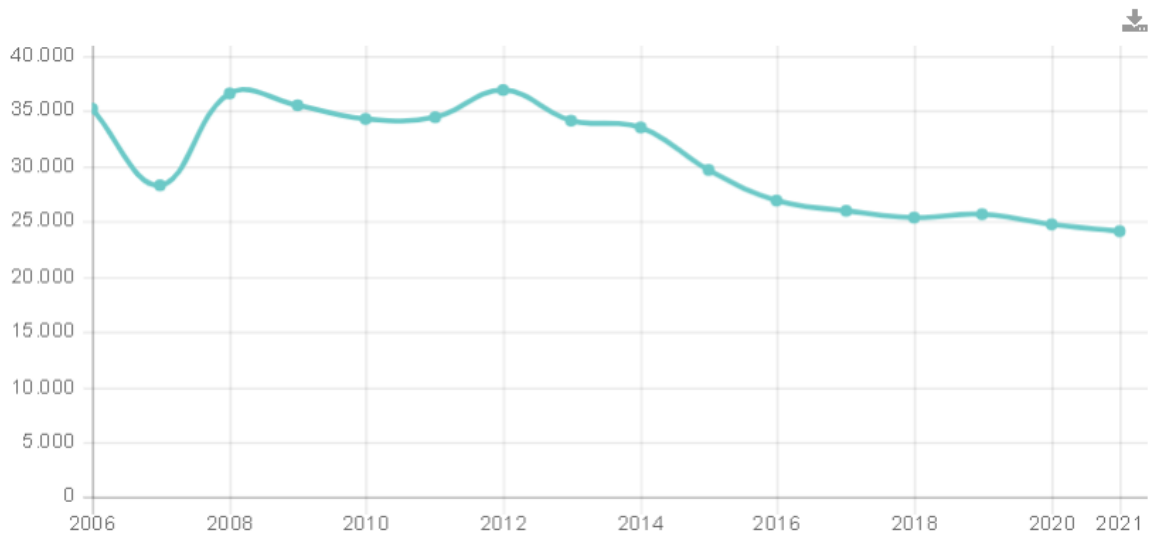


Fonte Caravela Dados e Estatísticas

Além disso, a cidade apresenta uma diminuição do número de ocupações assalariadas na última década, o que consequentemente pode ter levado também a um aumento da pobreza, situação de informalidade, desigualdade social etc.

Pessoal ocupado assalariado (Unidade: pessoas)

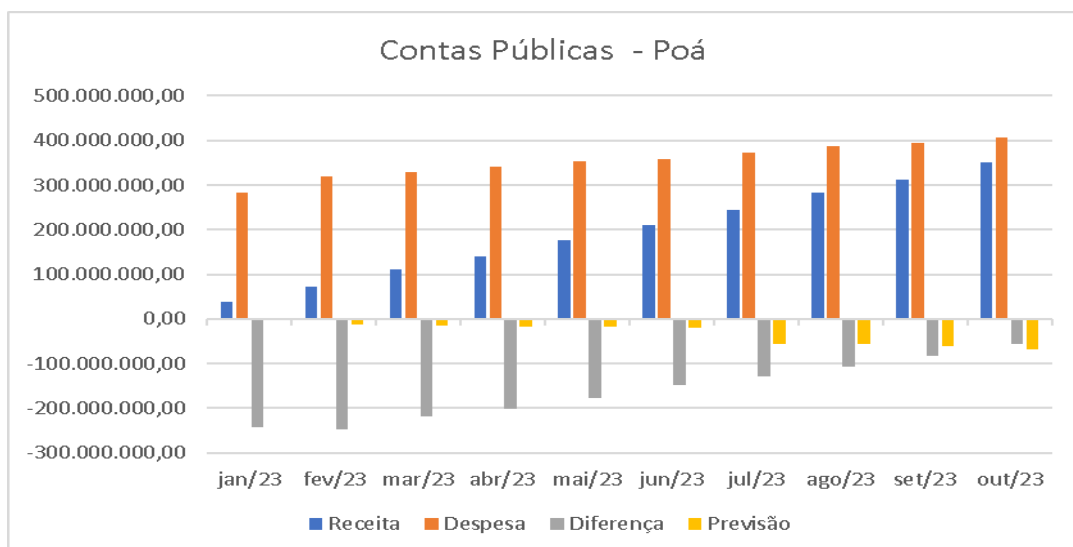
pessoas



Fonte IBGE

Gestão Pública

De acordo com os dados financeiros apresentados pelo município, de janeiro a outubro o resultado vem operando em déficit em 2023. Porém, podemos ver uma queda do nível de déficit ao longo dos meses, assim como uma aproximação com o valor previsto pela gestão. Isso demonstra uma melhora no equilíbrio das contas públicas e na eficiência do planejamento da arrecadação e gestão dos recursos do município.



No que se refere às despesas públicas, as áreas que mais receberam recursos nos últimos meses foram educação, saúde, administração, urbanismo e assistência social, em ordem de valor. Os gastos com educação, saúde e folha estão em conformidade com a lei que obriga os municípios a gastarem no mínimo 30% e 15% com educação e saúde respectivamente e limitar o pagamento de folha em no máximo 60% da receita arrecadada.

A cidade possui bons índices de transparência de dados do município, segundo o relatório de inteligência das cidades do MCTI. Qualquer cidadão pode através do site oficial da prefeitura consultar dados orçamentários, financeiros, administrativos da prefeitura, além de ficar por dentro de notícias, audiências públicas, concursos, licitações e ter acesso ao plano diretor.

No que se refere aos recursos humanos da prefeitura, 2534 funcionários para uma população de quase 104.000 pessoas. A maioria deles se concentra nas secretarias de educação e saúde, o que revela uma preocupação do município em cuidar dos serviços básicos à população. Porém, é preciso pontuar também que nem todos desse montante exercem a função final de suas áreas, se encarregando também de tarefas administrativas e operacionais. Por isso, é preciso ponderar esse dado pela distribuição de cada função na pasta.

Sobre o conjunto de leis do município, elas abrangem uma diversidade de setores da esfera cotidiana e pública, com destaque a leis de incentivo fiscais do município, de proteção aos lençóis da bacia hidrográfica e de assistência social.

Infraestrutura e Superestrutura

No que se refere ao tratamento de água e esgoto, Poá possui bons resultados. Por estar localizada no Alto do Tietê, ela dispõe de fonte natural de água mineral, o que serve de vantagem ao consumo habitacional e também comercial.

Segundo a pesquisa da plataforma Infosab, todos os domicílios possuem acesso a coleta de resíduos sólidos e 84,89% do esgoto é coletado, sendo 86,56% dele tratado, cobertura superior a de municípios vizinhos como Itaquaquecetuba. Sobre vias de transporte, ela possui uma estação CPTM, aproximadamente 4 km de ciclofaixa em avenidas e transporte de ônibus municipal e intermunicipal.

A cidade possui cobertura de acesso a internet, com instalações de fibra óptica e sinal de antenas 5G, principalmente na região central. Também possui ampla cobertura de iluminação pública e energia, tanto em áreas centrais e comerciais quanto em regiões mais afastadas, dando destaque para recente substituição de luminárias com lâmpadas LED. A concessionária de energia da região é a EDP Brasil, empresa privada responsável pelo abastecimento da maioria dos municípios do Alto do Tietê e parte do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Desde de 2014, o Passe Livre Estudantil é uma dos serviços de destaque para que estudantes tenham acesso gratuito ao transporte coletivo no município. Além disso, o cidadão tem acesso a UBS e hospitais, sendo o Hospital Dr. Guido Guida um dos principais pronto atendimentos do serviço público regional.

Etapa 4 – Estágio Tecnológico da Cidade

No que se refere a uma das suas últimas mudanças tecnológicas, Poá está entre as cidades do Alto Tietê que receberam antenas de internet 5G recentemente como parte de um esforço de se atualizar à nova realidade de internet móvel do mundo. Ao todo são 4 antenas pelo território com expectativa de ampliar sua cobertura.

O portal da Prefeitura de Poá oferece aos cidadãos diversas ferramentas visando proporcionar praticidade e transparência. Uma dessas ferramentas é a consulta de dados COVID-19, que mantém as pessoas informadas sobre a situação epidemiológica na cidade, promovendo a conscientização e a adoção de medidas preventivas. Para facilitar os processos burocráticos para empreendedores, a Prefeitura disponibiliza a ferramenta "Empresa Fácil". Essa funcionalidade busca simplificar procedimentos relacionados à abertura e regularização de empresas, impulsionando o desenvolvimento econômico local e estimulando a atividade empreendedora. Além disso, o portal oferece uma ferramenta específica para a consulta de dados tributários e Infrações de trânsito. Essa funcionalidade visa garantir maior transparência nas questões fiscais e de trânsito.

Parte da dificuldade do município em incrementar novas tecnologias a disposição dos seus cidadãos está tanto na esfera pública, que não apresenta planos concretos de estímulo à inovação e investimento em tecnologia na administração e nos serviços públicos, como também na esfera privada, já que seu mercado local não apresenta empresas e profissionais de tecnologia suficientes para poder desempenhar atividades de implantação e desenvolvimento de tecnologias. Logo, a cidade não tem braço de ação e nem capacidade para reformular sozinha seu estágio tecnológico, o que faz com que dependa de suporte e repasses da esfera estadual e federal para essa reestruturação.

Existe uma certa presença de recursos tecnológicos e de informática nas escolas e unidades de ensino, mas são poucas quando comparadas à norma atual. O grupo sentiu falta desses meios de monitoramento e comunicação, desde a segurança pública até o transporte. O sentimento é que a cidade, apesar de se apropriar do meio digital - tendo um portal da cidade e um site exclusivo para garantir maior transparência nos gastos públicos - não utiliza todo o potencial que essa tecnologia possibilita. Seja com acompanhamento dos ônibus ou telemedicina, existem várias áreas que o município encontra dificuldades e que seriam profundamente auxiliadas pela disseminação de recursos digitais tanto para diminuir a espera em dadas unidades quanto para disponibilizar mais recursos e informações para o cidadão comum.

Além disso, Poá não é reconhecida por ter instituições de curso superior ou técnico profissionalizante de referência regional e, por isso, seus moradores geralmente acabam se deslocando para outras cidades próximas (Ex: Capital, Mogi das Cruzes, Suzano) para poder estudar e trabalhar. Isso revela a falta de retenção de capital humano necessária para a modernização da cidade, dificultando ainda mais a situação.

O grupo sente que esse baixo nível tecnológico é resultado de uma baixa disponibilização de verba - e assim atenção - às possibilidades de inovação na gestão do município. Focando mais em disponibilizar internet do que qualquer coisa, Poá deveria também olhar para diferentes projetos que foram implementados em outras cidades e entender como a tecnologia também serve à Administração Pública como ao cidadão,

desde o monitoramento em tempo real até uma gestão integrada de dados entre as diferentes secretarias do município.

Etapa 5 – Considerações Finais

No geral, Poá destaca-se como uma cidade pequena e tranquila, apresentando um nível menor de problemas urbanos e sociais em comparação com outros municípios próximos. O sistema de transporte público, incluindo ônibus e trem, atende satisfatoriamente às demandas da população e os serviços públicos de saúde são acessíveis aos seus residentes. Além disso, a cidade oferece opções de lazer com praças, espaços para eventos e teatros, proporcionando um ambiente propício ao cidadão.

Poá também demonstra um comprometimento com a preservação ambiental, refletido em uma paisagem mais verde, mesmo no centro da cidade. A presença de associações de moradores e sua ligação com a câmara de vereadores evidenciam também um certo engajamento por parte da comunidade. A cidade ostenta o título de estância hidromineral e destaca-se pela Fonte Áurea de Poá, atraindo visitantes e turistas. O desenvolvimento ao longo das décadas, tanto em infraestrutura quanto nas atividades econômicas, segue um ritmo natural de crescimento que se alinha com a capacidade organizativa do município.

No entanto, houve relatos de problemas na cidade. A inércia política se manifesta em atrasos em obras cruciais, como o viaduto da região central - iniciado na gestão passada - ainda sem terminar. A segurança é uma preocupação constante, apesar dos recentes esforços de policiamento nas regiões centrais. Outros relatos indicam descuido com terrenos baldios e áreas de mata nas regiões periféricas, comprometendo a preservação ambiental.

A participação cidadã enfrenta desafios, com a falta de canais oficiais eficazes para envolver os residentes na gestão da cidade. A perda do seu traço turístico teve impacto direto na arrecadação e o ajuste na política de incentivo fiscal de empresas, como o Itaú, contribuiu para a diminuição de recursos municipais. Assim como, a cultura e os eventos de lazer comunitário foram diminuindo nos últimos anos e novas manifestações culturais (Ex: Sarais), feitas pelos próprios cidadãos, estão sendo barradas pelo órgão público. Apesar do número considerável de secretarias na prefeitura, o modelo administrativo parece não trazer muito efeito na prática. Críticas ao atendimento e aos profissionais do Hospital Guido Guida também foram registradas, acentuando desafios no setor de saúde.

Portanto, Poá, enquanto cidade de porte modesto, destaca-se por sua qualidade de vida, menor desigualdade e violência, além de serviços públicos suficientes. No entanto, desafios políticos, administrativos e a perda de impulso turístico e cultural no passado recente geram uma sensação de estagnação entre os moradores. Revitalizar a cidade, superar obstáculos políticos e resgatar a dinâmica que a caracterizava em períodos anteriores torna-se essencial para o seu desenvolvimento futuro.

Através desse cenário o grupo reforça sua posição da administração de dedicar mais atenção e recursos para ver onde pode melhorar e desenvolver novas estratégias. Considerando o alto número de secretarias, e a dificuldade tanto do grupo quanto da população em entrar em contato com eles de forma expedita, questionamos se essa abrangência de funções consegue ser empenhada de maneira satisfatória. Já que,

independente de quanto “setorizada” é dada secretaria ou parte da administração, sem o acesso confiável e constante de dados e informações sobre a realidade urbana e eficácia dos programas desenvolvidos, o governo não possui os recursos necessários para enfrentar eficientemente os desafios levantados pela cidade moderna, e especialmente uma cidade localizada em um contexto metropolitano do tamanho da Grande São Paulo.